

O Traduções Abolicionistas apresenta a série

Feminismo da Abolição

Esta série especial consiste na tradução da seção *Abolition Feminism*, da obra *Revolutionary Feminisms*, editada por Brenna Bhandar e Rafeef Ziadah. A seção é composta por três entrevistas, divididas em três capítulos distintos, com Ruth Wilson Gilmore, Avery Gordon e Angela Davis. Para cada entrevista/capítulo, o Traduções Abolicionistas convidou diferentes organizações para realizar uma tradução coletiva. Para a tradução da entrevista com Ruth Wilson Gilmore, contamos com a parceria da editora Igrá Kniga. A tradução foi realizada por Margarida Nogueira e Amós Caldeira, do Traduções Abolicionistas, e Bruno Xavier, da editora Igrá Kniga.

Texto original:

BHANDAR, B.; ZIADAH, R. Interview with Ruth Wilson Gilmore. In: BHANDAR, B.; ZIADAH, R. (eds.). **Revolutionary feminisms**: conversations on collective action and radical thought. London/New York: Verso Books, 2020.

Tradução autorizada por Brenna Bhandar e Rafeef Ziadah.

Tradução: Margarida Nogueira, Bruno Xavier e Amós Caldeira.

Data de publicação: 16 mar. 2026.

Entrevista com Ruth Wilson Gilmore

Feminismo da abolição

Por Brenna Bhandar e Rafeef Ziadah

Ruth Wilson Gilmore

Ruth Wilson Gilmore é professora de Ciências da Terra e do Ambiente, e de Estudos Americanos, no *Graduate Center* da Universidade da Cidade Nova Iorque, onde também é diretora do *Center for Place, Culture and Politics*. Escreve sobre abolição, capitalismo racial, violência organizada, abandono organizado, mudanças da estrutura estatal, a estética e a política do ver e sobre movimentos sociais e trabalhistas. Gilmore é a autora de *Califórnia Gulag: prisões, crise do capitalismo e abolicionismo penal* (2024[2007]) e publicou artigos nas revistas *Race & Class*, *The Professional Geographer* e *Social Justice*, entre outras. Os seus ensaios foram publicados em várias antologias, nomeadamente *Policing the Planet* (2016, co-autoria com Craig Gilmore; editado por Jordan T. Camp e Christina Heatherton) e *Futures of Black Radicalism* (2017, editado por Grace Theresa Johnson e Alex Lubin).

Gilmore é cofundadora de várias organizações de base, incluindo a *California Prison Moratorium Project*, a *Critical Resistance* e a *Central California Environmental Justice Network*. Já proferiu palestras na África, Ásia, Europa e América do Norte, e está trabalhando em vários projetos inter e transnacionais. Entre as honras que recebeu estão o prêmio *Angela Y. Davis Award for Public Scholarship* da *American Studies Association* e o prêmio *Harold Rose Award for Anti-racist Research and Practice* da *Association of American Geographers*.

BB/RZ: *Você disse uma vez numa entrevista com Michael Preston: “já tive muitas vidas Michael...muitas, muitas vidas.” Pode nos falar sobre estas muitas vidas, especificamente no que diz respeito ao início da sua formação política?*

RWG: Sim, com todo o gosto. Achei hilariante quando, de todas as pessoas do mundo, vi o nome de Michael Preston aqui. É alguém muito simpático. Cientista político negro, liberal de esquerda, foi um dos meus protetores quando trabalhei na Universidade da Califórnia, Santa Cruz, por isso nem sequer me lembro de ter feito uma entrevista com ele.

Eu cresci numa família de mobilizadores de base e ativistas. Uma maneira de os descrever seria usar a expressão antiquada “gente da raça”. Éramos povo negro pelo povo negro, ou, antes disso, pessoas de cor para pessoas de cor. O meu pai e o seu pai eram militantes trabalhistas; o meu avô foi um zelador e um dos organizadores do primeiro sindicato em Yale – o sindicato dos operários, *Local 35*, que foi organizado durante a Segunda Guerra Mundial. Depois, o meu pai foi torneiro mecânico e organizou os ferramenteiros na fábrica *Winchester Repeating Firearm Factory* – as armas que conquistaram o Ocidente – na década de 1950. Também existiu muita militância em New Haven sobre o tema da habitação, acesso à educação. New Haven era uma cidade que tinha uma população negra muito pequena quando os meus pais cresceram lá, mas após a Segunda Guerra Mundial muitas pessoas negras, majoritariamente (mas não exclusivamente) do Norte da Califórnia, se mudaram para New Haven para trabalharem no então complexo industrial-militar que estava em expansão.

Os principais produtos de New Haven nessa época, como já escrevi, eram armas e estudantes¹. Armas e graduados, se quisermos colocar as coisas nestes termos. Por isso, cresci numa família em que a

¹ Ruth Wilson Gilmore, ‘Race, Prisons and War: Scenes from the History of US Violence’, *Socialist Register* 45 (March 2009). [Ed. bras.: Raça, prisões e guerra: cenas da história da violência nos Estados Unidos. In: **Geografia da abolição: ensaios rumo à libertação**. Boitempo, 2025, p. 173-189.]

Entrevista com Ruth Wilson Gilmore – Feminismo da abolição

militância era parte da vida cotidiana. Fui enviada para dessegregar uma escola quando tinha dez anos de idade e, portanto, isso fazia parte do meu projeto, passar intacta pela escola preparatória para garotas, que, na verdade, foi uma espécie de luta. Mas nunca me passou pela cabeça não o fazer. Após o fato, as pessoas me perguntavam a toda a hora, ‘seus pais não sabiam que você ia ser infeliz?’. E a questão é, que papel é que isso desempenha na luta por libertação? Pais decidindo que algo não deveria acontecer porque pode ser difícil para os seus filhos fazê-lo – isso nunca foi uma preocupação sequer. Eles nunca me perguntaram se eu estava feliz e eu nunca lhes disse que estava infeliz. Apenas o fiz. E adorei fazê-lo durante quatro anos porque sou uma *nerd*; e depois odiei-os por quatro anos porque era uma adolescente. Depois, fiz muito trabalho político fazendo todo tipo de coisas – trabalho antiguerra, trabalho em solidariedade com o Partido dos Panteras Negras. Não fui um membro do Partido, mas estive em solidariedade. Familiares muito próximos eram membros dos Panteras Negras.

BB/RZ: *Porque é que você decidiu não se juntar ao Partido dos Panteras Negras?*

RWG: Eu já tinha aderido a uma tendência comunista que, na época, me parecia satisfatória. Eu não era contra o Partido, apenas tinha minha formação que me parecia sensata, e foi isso que fiz. Agora me sinto um pouco envergonhada com isso, não por ser comunista, mas apenas por essa tendência em específico. Em Califórnia, passei vários anos fazendo trabalho que tendia cada vez mais a girar em torno do acesso às universidades. Currículo escolar, esse tipo de coisa. Não foi um plano meu, era apenas um universo que conhecia muito bem, e pensei que as pessoas deveriam se organizar no que conhecem e, ao fazê-lo, aprender o que não conheciam. E então podem estender e expandir o seu trabalho.

Por isso, quando tinha quarenta e três anos, eu estava fora da escola há dezessete, e tinha decidido que, por muito que me tivesse

entusiasmado estudar literatura dramática e crítica enquanto estudante, nunca iria ganhar a vida no teatro profissional ou na academia a ensinar essas coisas. Isso porque, apesar de poder ver as conexões entre o tipo de construção de mundo que caracteriza o drama ou o teatro, e a construção de mundo que caracteriza nossas experiências cotidianas, eu não estava completamente interessada em fazer as pessoas acreditarem que havia aí uma continuidade que valia a pena prestar atenção. Em vez disso, pensei que deveria voltar para a escola, estudar economia política de forma realmente sistemática, para que pudesse fazer algo com a minha energia e capacidade cerebral.

Assim, voltei para a escola com quarenta e três anos e fiz um doutorado em geografia. Não havia feito qualquer curso de geografia entre os treze e os quarenta e três anos, e ainda tinha meu manual de geografia dos treze anos, que era, de fato, bastante esplêndido. Era um livro que apresentava, com bastante cuidado, diferentes modos de produção.

Avancemos para 1993. Voltei a estudar na Rutgers, onde trabalhei com Neil Smith, que é um geógrafo; Dorothy Sue Cobble, que é uma historiadora do trabalho; Bob Lake, que trabalha com planejamento e políticas urbanas; e Ann Markeson, que é uma excelente economista. Acabamos por tomar caminhos separados devido a diferentes formas de pensar, mas aprendi muito com ela. Também aprendi a partir das minhas próprias leituras em grupos de estudo e por conta própria, que precederam meu regresso à escola, ao ensino superior; isso significa que eu já era uma estudante de Stuart Hall, Cedric Robinson, Stephen London, Hazel Carby – todas essas pessoas cujo trabalho já tinha lido e relido e, de fato, ensinado enquanto adjunta. Isso tudo moldou o que fiz na escola de geografia, no doutorado, e moldou minha abordagem no trabalho que eu realizei sobre encarceramento em massa, criminalização e outros tópicos sobre os quais tenho escrito, militado e refletido.

Entrevista com Ruth Wilson Gilmore – Feminismo da abolição

BB/RZ: *O que você considera que a geografia acrescentou à sua forma de compreender o mundo?*

RWG: A geografia acrescentou um imperativo rigorosamente material a qualquer coisa que eu refletisse; isso não teria sido necessariamente o caso se eu tivesse feito um doutorado em, digamos, estudos americanos ou estudos culturais. Isso não significa que, nessas interdisciplinas, eu não poderia ter feito o que fiz na geografia. Mas na geografia precisamos ter sempre o real, e como a geografia é o estudo de como escrevemos o mundo, o real nunca é estático. Tem tudo a ver com as interações humano-ambiente, tem a ver com o social, tem a ver com a escala e a organização do espaço capitalista e anticapitalista. Tudo isso me permitiu manter o foco no que importava para mim e a aprender a pensar sobre as coisas de formas que nunca tinha pensado antes.

BB/RZ: *Poderia nos falar um pouco mais sobre como foi transportar a base que você possuía do pensamento negro para o campo da geografia? Em verdade, não existia nenhum modelo a seguir para trazer esse trabalho para o domínio da geografia marxista.*

RWG: Essa é uma ótima pergunta, e eu não tinha modelos a seguir, o que é para dizer o seguinte: devido à experiência que tive ao dessegregar aquela escola, nunca me ocorreu que não poderia fazer o que queria e precisava fazer, independentemente do contexto. E eu sabia que ia ser uma luta, mas nunca me ocorreu que não o poderia fazer. E agora percebo que, quando fui para a escola de geografia, não estava a pensar “oh, isso vai ser como a Escola de Meninas de Prospect Hill,” mas obviamente essa experiência me moldou de várias formas, algumas das quais provavelmente ainda não percebo.

Portanto, foi isso. Mas a outra coisa é que, assim que comecei a escola de geografia, e fui à primeira conferência da geografia, o encontro anual da *American Association of Geographers* (AAG; Associação

Americana de Geógrafos), olhei à volta e encontrei outras pessoas negras, e algumas pessoas de diversos grupos étnico-raciais e pessoas brancas, que estavam falando sobre coisas interessantes, e ficamos juntos. E nunca deixamos de estar juntos. Falamos muito, discutimos muito. Passamos por todo o tipo de desenvolvimento intelectual e social juntos.

A pessoa mais velha no grupo com quem convivi foi uma pessoa incrível chamada Bobby M. Wilson, que lecionou durante toda a carreira na Universidade de Alabama. Ele já se aposentou. Temos mais ou menos a mesma idade. Ele pode ser um pouco mais velho que eu, mas ele fez e completou o seu doutorado logo após a faculdade, por isso é professor desde os vinte anos. E o trabalho dele é fenomenal. Seu melhor trabalho, que todo mundo deveria ler, é chamado *American's Johannesburg*², e é sobre Birmingham. É um livro espantoso. É um livro que coloca a questão: como é que grande parte da expressão mais radical do movimento de libertação negra surgiu em Birmingham? O que é que se passou em Birmingham?

Ele descreveu as mudanças em Birmingham desde sua fundação como uma cidade do pós-Guerra Civil. A cidade tem quase a mesma idade que Joanesburgo. E ele traçou o desenvolvimento e a consolidação da economia e da ordem racial da cidade ao longo do tempo. É um trabalho espantoso. Ele é um marxista, e escreve sobre raça em tudo o que faz.

Outro membro do nosso pequeno círculo era o falecido Clyde Woods³. Clyde, que foi um estudante de Edward Soja na Universidade de California, em Los Angeles, tinha sido, por assim dizer, educado num

² Bobby M. Wilson, *America's Johannesburg: Industrialisation and Racial Transformation in Birmingham* (New York: Rowman & Littlefield, 2000).

³ Clyde Woods (1957–2011) é autor de *Development Arrested: The Blues and Plantation Power in the Mississippi Delta*, com introdução de Ruth Wilson Gilmore (London and New York: Verso, 2017); e *Development Drowned and Reborn: The Blues and Bourbon Restorations in Post-Katrina New Orleans*, ed. Jordan T. Camp and Laura Pulido (Athens: University of Georgia Press, 2017).

Entrevista com Ruth Wilson Gilmore – Feminismo da abolição

certo tipo de tradição da geografia marxista, e ele próprio se tinha apercebido dos limites de certo núcleo do pensamento marxista – em parte, porque o próprio Ed tinha sido um africanista de formação, e ele sabia que muitas coisas que ele estava encontrando no trabalho de geógrafos brancos, colegas, seus camaradas, não era sensível às dinâmicas contraditórias de raça, classe e gênero. E Ed queria compreender isso, então Ed começou a ler bell hooks, e ele foi mentor de Clyde.

Quer dizer, este era de fato o mundo. Existia um mundo em mudança, havia muito ceticismo, eu diria, por parte de algumas pessoas que, no contexto estadunidense, olhavam para um tipo de estudos culturais americanos, que faziam afirmações sobre compromissos políticos como sendo mais uma espécie de ruído do que qualquer outra coisa. Alguns cientistas sociais de esquerda estavam tentando elaborar teorias úteis para lidar com os problemas que o capitalismo, o racismo e o sexismo criam e reproduzem; alguns queriam rejeitar completamente os estudos culturais. Outros, incluindo eu, diziam: “esperem lá— estão a transformar uma paisagem intelectual muito variada num plano raso. Vamos olhar mais para o que Stuart Hall e outros têm feito e dito, feito e escrito.” Assim, trouxemos esses estudos culturais, a escola de Birmingham, por assim dizer, para a AAG.

Outra pessoa que se tornou uma querida amiga e colega próxima é a geógrafa chicana Laura Pulido, que escreveu sobre raça, organização e lutas rurais e urbanas. Então formamos este círculo, e passamos bastante tempo juntas. Como mencionei, brigamos bastante; brigamos bastante ao tentar perceber o que deveríamos fazer e como deveríamos fazer.

E diria que um dos legados desse esforço, que realmente caracterizou a geografia de meados da década de 1990 nos Estudos Unidos, floresceu agora no século XXI no campo geral das geografias negras. Esse campo não existiria se não tivéssemos feito o que fizemos, e eu sei que Katherine McKittrick, que é uma das pessoas centrais nele, confirmaria isso. Conhecia-a quando ela era aluna de pós-graduação e

eu era professora júnior e tivemos um longo e intenso diálogo sobre o seu trabalho, que se tornou *Demonic Grounds*⁴. Estas foram algumas das coisas que aconteceram à geografia ao longo do tempo. Portanto, eu entrei na geografia pensando “vou mudar esta disciplina?” Não, eu entrei na geografia para poder aprender a fazer algumas coisas. Esse foi o meu propósito. Eu precisava de algumas ferramentas. Consegui as ferramentas, mas ao obtê-las, ao adquiri-las, trouxe para elas outras ferramentas que eu possuía, e, por isso, elas fazem um trabalho que é um pouco diferente, talvez, do que se eu não tivesse tido as outras ferramentas para começar.

BB/RZ: *Algo que você menciona em seu trabalho, e sobre o qual é bastante insistente, é o fato de você ser uma materialista histórica, e de que essa formulação tem sido usada de formas absurdas e de formas muito interessantes. Pode nos contar mais sobre a forma como a utiliza e porque é tão importante para si?*

RWG: A formulação é importante para mim uma vez que, nas lutas em que participei ao longo do tempo, e em coisas sobre as quais pensei e em estudos que eu não realizei em primeira mão, o que é sempre evidente é que as pessoas fazem algo novo a partir de algo que já existe. E o que já existe pode não ser adequado à tarefa, tal como eu estava a falar há pouco sobre as ferramentas que eu tinha e depois as que adquiri, mas há um existir que importa. É importante na forma como descobrimos como mudar as condições de vida, como melhorar as nossas condições de existência, e eu pensei durante muito tempo que a experiência era o que importava de alguma forma. Que se tratava, de fato, da experiência. E uma das formulações em Marx que sempre achei muito bonita é quando ele fala sobre como combinamos nosso trabalho com a terra e, nesse processo, transformamos o mundo externo e a

⁴ Katherine McKittrick, *Demonic Grounds: Black Women and the Cartographies of Struggle* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006).

Entrevista com Ruth Wilson Gilmore – Feminismo da abolição

nossa própria natureza. Acho que isso é algo muito bonito. E verdadeiro⁵.

No entanto, um dos meus mentores, o falecido e grande Cedric Robinson, cutucou meu braço um dia e disse: “tenho tentado te falar desde que te conheço – não é só a experiência, é a consciência.” Então, devido à influência que Cedric e outros tiveram em meu trabalho, eu mudei. Não rejeitei o materialismo histórico, e não posso imaginar que algum dia vá rejeitar, mas percebi que a consciência tem que desempenhar um papel maior em meu trabalho analítico se quiser ir além da noção de que tudo que importa é a experiência. Se isso é apenas o que importa, então também significa que um certo tipo de visão extremamente rasa e categorizada – ou, para usar uma palavra que vocês usaram, abstrata – da identidade é suficiente para mudar o mundo. E não é, e eu sei que não devo pensar assim.

BB/RZ: *Existem várias teorias da consciência nas tradições marxista e marxista-hegeliana. Pode nos dizer como está a pensar especificamente a consciência política?*

RWG Atualmente, penso sobre a consciência nos termos desenvolvidos por, por exemplo, Amílcar Cabral e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e popularizado por pessoas como Paulo Freire. Então a consciência, e a conscientização, é dizer: a consciência não é só uma questão de informação; não é sobre fatos, mas é sobre desenvolver e explorar as coisas através de uma sensibilidade que demonstra que uma nova possibilidade pode emergir. Voltando ao trabalho de Cedric, uma das frases mais citadas de todo o seu trabalho é, provavelmente, a “totalidade ontológica”. E ainda que muitas pessoas a repitam, não acho

⁵ Karl Marx, *Capital: A Critique of Political Economy*; Volume I, trans. Ben Fowkes (London: Penguin, 1976), 284. [Ed. bras.: **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 3. ed. Boitempo, 2023, p. 255-256.]

que a maioria tenha sentado e pensado sobre o seu significado. E essa ontologia tem a ver com o que, por exemplo, Clyde Woods escreve sobre a sua formulação da epistemologia do *blues*, ou seja, um sentido já elaborado, mas não fixo, de como o desenvolvimento com “d” minúsculo pode proceder. Sobre como, como escreve Cedric, ter um compromisso com aquilo que ele chama de sobrevivência da comunidade significa que a busca da libertação é diferente de ter um compromisso com, digamos, a restituição de terras à burguesia fundiária da Palestina de antes de 1948, para dar outro exemplo. Ou o que Frantz Fanon diz quando fala sobre as armadilhas da consciência nacional. Parte da forma como ponho isso em prática é fazendo perguntas que têm mais alcance e ressonância do que outras perguntas. Por isso, há um exemplo que utilizo em algo que escrevi, sobre como, ao organizar-me na Califórnia rural contra a expansão das prisões, aprendi muito cedo – não suficientemente cedo, mas muito cedo – a perguntar não “Por que é que vocês querem uma prisão?”, mas sim “O que é que vocês querem?”.

E mesmo isso abriu a minha consciência à compreensão, bem como provocou uma espécie de formação de consciência, mesmo entre duas ou três ou quatro pessoas, que poderia então se tornar a base para organização futura. Portanto, mais uma vez, a consciência não é uma questão de ter informação adequada, embora a informação não deixe de ser importante. E a consciência não é um efeito da experiência, embora a experiência seja importante.

BB/RZ: *Você já escreveu que foi influenciada pelo trabalho da campanha Wages for Housework [Salários para o Trabalho Doméstico] e pelo ativismo de Margaret Prescod e Selma James. Poderia nos falar sobre como seu trabalho nas prisões com a organização Mothers Reclaiming Our Children [Mães Reivindicando seus Filhos] apresentou uma realidade ou compreensão diferente da reprodução social, e como está relacionada com as lutas que vão para além de uma compreensão da reprodução social como somente focada no trabalho de cuidado na esfera doméstica?*

Entrevista com Ruth Wilson Gilmore – Feminismo da abolição

RWG: Passei dois ou três anos em Los Angeles me organizando com Margaret Prescod, e fui me encontrando Selma ao longo do tempo. Selma é uma pessoa feroz e rabugenta, mas também uma ótima professora, e o que mais me impressionou, o que é dizer, o que moldou o modo como procedi em relação à campanha *Wages for Housework*, não foi tanto o apelo – “cuidar de uma criança é um trabalho”, “paguem às mulheres, não aos militares” (embora isso fosse ótimo, achei um *slogan* fantástico) – mas o modo como elas particularizaram o seu trabalho em termos de campanhas de necessidades imediatas.

No centro-sul de Los Angeles, as pessoas estavam lutando pelo fato de que existiam cada vez menos espaços em que pudessem pagar as contas de eletricidade, o que significava que a vida das pessoas estava a ser esticada, uma vez que tinham que arranjar tempo para pegar o transporte público para um local fora da sua comunidade para realizar o pagamento. Então, essa foi uma das campanhas organizacionais. Isto fez muito sentido para mim. Foi esse tipo de organização e a proliferação de várias formações menores que a *Wages for Housework* desencadeou – *Time Off for Prostitutes* [Folga para as prostitutas] e adiante – que considereei muito fortes. Essa foi a minha conexão com a campanha [*Wages for Housework*].

E também fizeram uma intervenção importante em mim nos primeiros anos em que nos conhecemos. No final dos anos oitenta e início dos anos noventa, como disse anteriormente, tinha estado envolvida em muitos grupos de estudo e lido muitas coisas difíceis, e estava um pouco orgulhosa do fato de ter dominado um enorme vocabulário especializado – um vocabulário a que começámos a chamar teoria e que ainda hoje passa por teoria. Algumas coisas eram úteis, outras nem tanto, e às vezes eu falava numa linguagem absolutamente desnecessária e Ann Margaret sempre me chamava à atenção. A tutela severa pela qual lhes agradeço nos agradecimentos do *Golden Gulag* tem a ver com o fato de me ajudarem a compreender como a minha compreensão poderia ser mais útil se eu conseguisse fazer uma mudança de código mais fluida. E fiquei grata por isso.

Em relação à questão da reprodução social – bem, reprodução e reprodução social – parece que hoje em dia cada vez mais pessoas estão elevando o padrão da reprodução social como uma categoria fundamental de pensamento, organização e teorização pela escrita, e as pessoas parecem querer dizer uma variedade de coisas. Algumas pessoas falam, mais ou menos, sobre o que acontece na escala do ambiente doméstico – que não é irrelevante, mas que não é suficiente. Outras estão tentando olhar as relações de diferentes escalas através das quais a reprodução social emerge.

Voltando ao pensamento da campanha *Wages for Housework*, e ao pensamento que Selma James e Mariarosa Dalla Costa formularam décadas atrás: se concordamos que a fonte de todo o valor é o trabalho e que a fonte de todo o trabalho é a reprodução, incluindo a reprodução diária e intergeracional, então essa linha tem que se mover. Tem que se mover. E isso é excitante, uma vez que abre várias possibilidades de organização.

BB/RZ: *Isto nos leva para a questão sobre método e escala. Você desenvolveu um método de análise que utiliza o conceito de escala para conectar o corpo ao território, e para conectar o individual às comunidades em que os indivíduos existem, e às histórias, economias e forças materiais que são globais na sua escala e operação. Pode nos falar mais sobre este método e sobre o seu conceito de escala?*

RWG: A noção de escala a partir da qual trabalho foi, na verdade, desenvolvida por meu orientador e mentor Neil Smith à cerca de, não sei, vinte e oito, trinta anos atrás. Ele começou a pensar sobre como poderíamos considerar com mais ardor os tipos de lugares em que fazemos organização política com o objetivo de “saltar de escala”⁶. Portanto, “saltar de escala” é algo que poderíamos ler, embora não seja muito adequado, como, digamos, o internacionalismo, certo?

⁶ Conferir Neil Smith, ‘Geography, Difference and the Politics of Scale’, in *Postmodernism and the Social Sciences*, ed. Joe Doherty, Elspeth Graham and Mo Malek (London: Macmillan, 1992), 57–79.

Entrevista com Ruth Wilson Gilmore – Feminismo da abolição

No final dos anos oitenta e no início da década de noventa, Neil expôs uma tipologia a que apelidou de “organização do espaço capitalista”⁷. Na época, era uma tipologia, então eram apenas tipos ideais; não existe nada fixo. Mas ele propôs esta hierarquia de escalas formadas, desde o corpo até ao global; depois, na sua elaboração sobre os tipos de processos sociais que dominavam cada escala, ofereceu algumas reflexões sobre como alargar o trabalho político, ou como levar o trabalho político para além de certas barreiras e juntar forças para conquistar o que quer que seja. E uma das questões que, de fato, se colocou nos anos noventa – não eu, mas outras pessoas colocaram – foi a de saber se a organização do espaço capitalista proposta por Neil estava a mudar no contexto daquilo a que viemos chamar de globalização. E parece que de fato mudou, e uma das grandes mudanças foi a queda da importância específica da região e a ascensão do urbano. E que se, em tempos, durante muito tempo, a região foi mais ou menos a escala de produção, isso foi ultrapassado pela expansão do urbano, se pensarmos nas plataformas de produção no leste da China ou no Vietname ou no Bangladesh, no norte do México, etc. E isso aconteceu, em parte, devido à queda do custo dos transportes, especialmente do transporte marítimo, do transporte naval, de modo que as fábricas de produção podem deslocar-se mais facilmente quando estão na sua forma-capital – e, claro, com maior dificuldade quando estão na sua forma-trabalho.

Por isso, voltando ao meu próprio trabalho, o que eu fiz foi tentar pensar sobre a escala de modo a pensar os espaços de luta. Neil utilizou o termo “território” para se referir a uma jurisdição ou área juridicamente definida. Mas como é que, ao pensar nas lutas políticas, podemos identificar os antagonistas de forma que a possibilidade de as pessoas unirem forças em locais diferenciados se torne mais forte? Para pensar nisso, trabalhei muito – e me refiro tanto à pesquisa e escrita no Califórnia Gulag, mas também à pesquisa feita em espaços

⁷ Conferir Neil Smith, *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*, 2nd ed. (Oxford: Basil Blackwell, 1990).

organizativos para tentar converter a Califórnia de um estado muito favorável à construção de prisões em um estado um tanto abolicionista. Não que você vá de porta em porta e as pessoas digam “sim, sou abolicionista”, mas se olhar, você vê que a Califórnia não tem conseguido construir uma prisão por ano da maneira como vinha fazendo. E isso aconteceu porque as pessoas uniram forças em diferentes lugares, que é dizer, em diferentes regiões, comunidades, entre outros, para dificultar, se não para impossibilitar, o Estado de continuar a fazer o que estava fazendo.

Neil pretendia que a sua tipologia fosse uma forma para pensarmos, como escreveu, a organização do espaço capitalista, mas também para pensar sobre como as geografias são partidas e repartidas. Este pensamento sobre a compartimentação é muito importante para mim, incluindo as compartimentações que parecem efetivamente atravessar a escala do corpo. Então, comecei a pensar que as pessoas vivem em certos lugares que não são organizados pelo capitalismo.

Por isso, passei algum tempo tentando refletir sobre um conceito que aprendi com vários acadêmicos do sudeste asiático, uma palavra malaia, *desakota*, que significa “nem urbano nem rural”. Isto me deixou animada porque pensei: tantas pessoas que são migrantes de longa-distância, quer voluntariamente ou não, estão constantemente em movimento, vivem estes espaços múltiplos ao mesmo tempo. Por vezes em série, mas também numa trajetória que parece não ter retorno, e por vezes em migrações circulares e ondulantes a longo prazo, essas migrações são importantes, assim como a consciência das pessoas sobre a possibilidade dos tipos de lugares onde vivem – o que implica atravessar fronteiras, silenciosa ou abertamente. E pensei, bem, como podemos pensar esses tipos de espaços para estimular nossa capacidade de imaginar a luta contra o capitalismo racial de uma forma que não os encerre num único sistema de lógicas jurídicas, formações raciais etc.?

Eu disse algo sobre comunidades anarquistas isoladas quer dizer, sou a favor de qualquer pessoa que consiga descobrir uma forma de viver como quer viver. Sou a favor disso, por isso não me

Entrevista com Ruth Wilson Gilmore – Feminismo da abolição

interpretem mal. Mas isso não vai nos salvar. Não há um número suficiente de pessoas, dos 7 bilhões que temos neste planeta, que possam dar um passo em frente e dizer: “Muito bem, vamos cultivar as nossas próprias abóboras e tudo vai ficar bem”. Não há pessoas suficientes que o possam fazer, não há pessoas suficientes que o devam fazer, e mesmo assim temos de mudar as coisas.

Então, pensar em *desakota*, e pensar sobre lugares em mudança, me deixou interessada em tentar desenvolver uma ideia que surgiu na década de 1990 na comunidade antiprisional radical, que era a ideia de abolição, ou abolição inacabada. Para algumas pessoas, abolição inacabada significa simplesmente acabar com a escravidão, quaisquer sejam suas formas. E, para mim, abolição não é a ausência de alguma coisa, é a presença. Esse é o verdadeiro significado de abolição, e eu cheguei a essa conclusão mediante diversos desafios e experiências.

O desafio mais óbvio é que na década de 1990, quando nós nos levantamos e revivemos a noção de abolicionismo penal, as pessoas diziam, “se vocês vão abolir as prisões, o que vão fazer no lugar delas?”. Para essas pessoas, tudo ficaria igual, exceto o edifício com barras de ferro. Nós tínhamos que explicar que não era apenas o edifício com barras de ferro; o que queríamos dizer era todos os tipos de relações que produziam os nossos problemas, que então as pessoas vinham a entender que podiam ser resolvidos somente com a construção de edifícios com barras de ferro. Então, elas dizem: “Okay, okay. E os estupradores e pedófilos e assassinos?” Logo, nós temos que responder a essas questões. Essas questões não surgem da forma que costumavam a surgir. Em todas as apresentações públicas que eu fazia nos anos 90, esse era o primeiro grupo de questões, e essas questões têm diminuído, o que é empolgante e significa que a consciência das pessoas está mudando sobre o que estamos dizendo. O que é dizer, elas estão ouvindo algo diferente de, “abram os portões, deixem todo mundo sair!”.

BB/RZ: *O abolicionismo penal tem sido uma forma específica de política revolucionária anticapitalista?*

RWG: Sim. O abolicionismo penal é uma forma específica de anticapitalismo, o que quer dizer que o abolicionismo penal é uma forma específica de *todo* anticapitalismo – e todo o capitalismo é capitalismo racial. Ele é específico nesse sentido. Ou seja, a presença necessária para *viver* – nem digo *imaginar*, esqueça isso – em um mundo sem prisões tem que ser uma presença em que todos os tipos de relações, todos os tipos de exclusões e todos os tipos de oportunidades precisam mudar. Tudo precisa mudar.

Por exemplo, em Reconstrução Negra⁸, Du Bois fala sobre as coisas que as pessoas fizeram durante o período radical da Reconstrução no sul dos EUA. Elas criaram escolas públicas, fizeram todo tipo de coisa. Aquilo foi abolição. A abolição não foi o fim da escravidão; a abolição foi o que elas fizeram. E o que fizeram, fizeram porque já tinham ideias sobre o que fazer, já tinham a consciência e também as práticas que talvez sejam invisíveis para nós que não temos uma noção profunda da vida social dos escravos – e eu disse “escravos”, não “pessoas escravizadas”. Escravos. Mas isso não quer dizer que todo esse trabalho, esse pensamento, essas práticas, e tudo o mais, não estavam lá. E isso veio à tona, e se configurou e se tornou extremamente dinâmico durante o período em que durou a Reconstrução.

Uma escritora e estudiosa fantástica chamada Thulani Davis, uma libretista que foi jornalista por muitos anos, fez recentemente um doutorado incrível na Universidade de Nova Iorque. Ela mapeou os caminhos das mulheres do *blues* no sul dos EUA, tentando entender por

⁸ W.E.B. Du Bois, *Black Reconstruction in America: An Essay Toward a History of the Part Which Black Folk Played in the Attempt to Reconstruct Democracy in America, 1860–1880* (1935, repr., New York: Free Press, 1998). [Ed. bras.: **Reconstrução negra**: ensaio para uma história do papel desempenhado pelo povo negro na tentativa de reconstruir a democracia na América, 1860-1880. Editora da Unicamp, Boitempo, 2026.]

Entrevista com Ruth Wilson Gilmore – Feminismo da abolição

que elas se apresentavam onde se apresentavam. E o que ela descobriu em sua pesquisa foi que os padrões e os caminhos estabelecidos por essas mulheres do *blues* no sul coincidiam, de certa forma, com os lugares onde haviam surgido as comunidades mais robustas durante a Reconstrução Radical. Então, mesmo que esses lugares centrais, enquanto lugares centrais, já não existissem mais, eles mantiveram resquícios suficientes para que, uma ou duas gerações depois, se tornassem o tipo de lugar onde as mulheres do *blues* que estavam cantando uma crítica – ou seja, cantando a epistemologia do *blues*, como diria Clyde Woods – se apresentassem. E as pessoas na plateia podiam ou não estar cientes de qual era a história daquele local. E, na verdade, isso não importava; o que importava era que o trabalho havia sido feito, e que esse tipo de trabalho pode ser feito e é feito.

Vou dar outro exemplo, e este é um exemplo de coisas passadas, mas que, provavelmente, não foram esquecidas. Em 1990, eu fui à Palestina e aquele era um momento de grande esperança – ainda que não parecesse, havia muita intensidade, e as pessoas estavam realizando projetos por todos os lugares por onde passei. Eram projetos voltados para o “amanhã”. Os projetos eram aqueles sobre os quais eu costumo conversar com as pessoas quando falamos sobre ter um plano para vencer, no seguinte sentido: o que você vai fazer no dia seguinte à vitória? O que já estará presente ali? E no dia seguinte, e no outro? Então, começamos a andar e fizemos um *tour*. As pessoas estavam realizando coisas incríveis, mas mantinham uma crítica, uma crítica persistente, do tipo: “ok, conseguimos fazer isso, mas aqueles outros problemas ainda existem, então estamos constantemente fazendo de tudo, e se a ocupação terminasse amanhã, ainda não teríamos terminado.” A revolução não termina quando termina a ocupação; esse é o momento em que a revolução inicia sua próxima fase. Esses são dois exemplos – provavelmente, entre muitos.

BB/RZ: *Gostaríamos de passar para uma pergunta sobre os conceitos de Estado antiestatal e de abandono organizado.*

RWG: Vou começar com o de “Estado antiestatal”. Quando comecei a perguntar – e a responder – como a Califórnia embarcou no que um pesquisador contratado pelo Estado chamou de o maior projeto de construção de prisões da história mundial, eu estava, é claro, refletindo profundamente sobre os tipos de proteções contra calamidades e de oportunidades de avanço que estavam rapidamente se desfazendo na Califórnia no contexto da expansão prisional – ou ainda, que andavam de mãos dadas com ela.

A luta por educação superior gratuita para todos os residentes da Califórnia, independentemente de terem estudado em escola pública ou privada, estava prestes a desandar. A expansão de certos tipos de benefícios de saúde e assistência social começava a ser restringida; a assistência social [*welfare*] para pessoas com filhos dependentes – a maioria mulheres, a maioria mães – tornou-se assistência social condicionada ao trabalho [*workfare*]. Todas essas coisas estavam acontecendo no início dos anos 1980.

A retração daquilo que era o Estado de bem-estar frágil, mas real, na Califórnia – somada, é claro, à polêmica e à retórica de que aquele Estado representava uma cultura de dependência, de que não podíamos bancá-lo – passava a impressão de que o próprio Estado estava prestes a ruir, e que alguém surgiria com uma vassoura para colocá-lo no lixo da história.

Então, um dia, quando eu estava na Rutgers, eu estava assistindo a uma aula com uma cientista política fantástica chamada Susan Fainstein, quando comentou, sem dar muita importância: “Estados não deixam de existir.” Isso nos remete à questão do materialismo histórico. Eles não desaparecem assim, do nada. E ela está certa. O que está acontecendo aqui? Isso me levou ao caminho de pensar, estudar e tentar elaborar um conceito diferente, porém relacionado ao “Estado antiestatal”, que é o conceito de capacidade

Entrevista com Ruth Wilson Gilmore – Feminismo da abolição

estatal excedente, que eu explorei profundamente, especialmente com base no trabalho de um sociólogo rural chamado Greg Hooks cujo trabalho, *Forging the Military Industrial Complex*⁹ (1991), demonstrou-me como pensar a respeito de como certos tipos de capacidades fiscais e burocráticas desenvolvidas para uma finalidade podem se transformar em algo diferente.

Então, refletindo a partir do trabalho de Hooks e do comentário casual de Susan, percebi que as pessoas que haviam tomado o poder no estado da Califórnia – ou que haviam se mantido ali como servidores nomeados ou de carreira – jamais acabariam com o Estado; elas apenas o transformariam. E que a retórica de que o governo é o problema, de que o governo pesa sobre nossas costas, era justamente o discurso que os elegia – e que os levaria à reeleição. E quando eu olhei para o dinheiro, percebi que o Estado só estava crescendo.

Eu decidi começar a chamar essa formação de Estado antiestatal. São pessoas que conquistam ou mantêm o poder político ao condenarem todos os aspectos do Estado – enquanto o constroem. E o alicerce do Estado antiestatal, na minha visão – pelo menos no contexto dos EUA – são as prisões. E, na verdade, acho que agora são prisões e polícia – e talvez sempre tenha sido assim –, mas elas vinham em segundo plano. Achei que poderia ser útil oferecer esse conceito, Estado antiestatal, para que as pessoas pudessem refletir, na medida em que se interessassem, sobre o fato de que o estado não é algo único, imutável, inflexível. Ele é complexo, contraditório; há disputas entre as instituições do estado e, às vezes, uma absorve a missão da outra, às vezes elas imitam as missões umas das outras. Escrevi sobre tudo isso no capítulo que escrevi em coautoria com Craig Gilmore em *Policing the Planet*¹⁰.

⁹ NT: Em tradução livre, Forjando o complexo industrial-militar.

¹⁰ Ruth Wilson Gilmore and Craig Gilmore, 'Beyond Bratton', in *Policing the Planet: Why the Policing Crisis Led to Black Lives Matter*, ed. Jordan T. Camp and Christina Heatherton (London and New York: Verso, 2016), 173–201. [Ed. bras.: Raça, prisões e guerra: cenas da história da violência nos Estados

Então, essa forma é algo que devemos compreender, em vez de pensar que é apenas, em geral, essa coisa condenável, uma ameaça em nossa direção, prestes a nos atingir, chamada Estado. Eu não sou anarquista. Ainda não cheguei à conclusão de que aquilo que chamamos de Estado está, necessariamente, mais contra nós do que a nosso favor. Posso chegar a essa conclusão, mas ainda não cheguei. Estou longe disso.

Por quê? Porque eu acho que ter água potável todos os dias é algo bom, e a instituição capaz de entregar isso é uma que eu chamaria de instituição estatal. Acho que educação pública gratuita, saúde universal e todas essas coisas também é bom – e como isso se daria? Não seria por meio do voluntarismo. Portanto, qual o nome daremos a isso? Seria um Estado que não é o Estado antiestatal. Mas eu não sei exatamente o que ele é.

Esse conceito, na verdade, se liga ao outro conceito que vocês perguntaram, que é o de abandono organizado.

Quando eu estava trabalhando no texto que acabei de mencionar, “*Beyond Bratton*”, eu busquei desenvolver toda uma longa argumentação sobre abandono organizado para que as pessoas entendessem que ele não é *apenas* o Estado, mas *é* o Estado; não é *apenas* o Capital, mas *é* o Capital. E não é só a grande escala, como a fábrica; envolve todas essas escalas diferentes. Eu queria que as pessoas pudessem pensar nisso em várias escalas.

BB/RZ: *Qual é a temporalidade em torno dessa ideia de abandono organizado? Há alguma relação entre a ideia de abandono organizado e crise?*

RWG: Quando falo sobre abandono organizado, estou falando sobre as diversas forças, forças institucionais, que são capazes de se

Unidos. In: **Geografia da abolição**: ensaios rumo à libertação. Boitempo, 2025, p. 273-299]

Entrevista com Ruth Wilson Gilmore – Feminismo da abolição

retirar e o fazem. Aquelas forças que te descartam, tanto faz. E que têm todo tipo de dimensões que poderíamos falar por horas e horas.

Crises capitalistas são, geralmente, uma crise de lucro e essas crises de lucro têm muitas características diferentes; ao ponto de que em alguns casos, para olhos não treinados, não se pareçam com uma crise. Quantas indústrias no mundo superdesenvolvido atingiram taxas “normais” de lucro e estavam indo muito bem mesmo que antes tenham aproveitado taxas “mais que normais” de lucro por qualquer razão; por exemplo, a longa reconstrução após a Segunda Guerra Mundial foi uma grande razão para que esses lucros “mais que normais” tenham caído para “normais”. Portanto, o “normal” poderia prosseguir, mas não de forma que o capitalismo continuasse a ser capitalismo, pois o imperativo capitalista é “cresça ou morra”. Então, a crise joga tudo e todos em movimento e a questão é o que acontece como resultado desse movimento. Assim, o movimento é a retirada de capital; o movimento é o recuo do Estado ou o avanço do Estado na forma da criminalização; o movimento de famílias sendo dispersas em busca de salários: o movimento é a habitação se tornando *airbnb*. Há tanta coisa que a crise pode provocar.

E então, voltando ao que estávamos falando antes, a forma pela qual busquei me tornar uma pensadora atenta aos detalhes, enquanto mantenho uma grande ambição por mudança revolucionária, significa que em todo problema que eu analiso, ou penso que devemos analisar, temos todos que ser capazes de ver os detalhes e então pensar sobre como esses detalhes se conectam ou articulam com outras coisas, e então descobrir como nos organizar. E eu penso que sempre há oportunidade para o trabalho de organização.

BB/RZ: *Como você pensa através do trabalho de teorização e a busca pelo espaço para o trabalho de organização? Como nós de fato construímos uma comunidade de acadêmicos que estão interessados em engajar com o mundo real e mudá-lo? A neoliberalização da academia vai na direção contrária, enfatizando avanço nas carreiras individuais sobre atividades coletivas.*

RWG: É uma grande questão. Por muito tempo eu me chamava, e as pessoas me chamavam e a todos nós, de acadêmicos-ativistas. Todos nós tentamos habitar esse hífen de toda forma possível. E, na verdade, estou cansada dessa frase, porque é como qualquer outra coisa, como “capitalismo racial”, “epistemologia dos *blues*”, “reprodução social”. Todos estes termos-chaves podem ter tanta profundidade e significado, e elas se tornam etiquetas ou bandeiras que as pessoas exibem para demonstrar que estão no time certo. Portanto, mesmo que as palavras que estou prestes a propor não sejam impermeáveis a este tipo de obliteração: “militantes acadêmicos” captura bem o que eu quero dizer. Há militantes acadêmicos em todo lado. E eles estão prontos para fazer coisas, e tudo que temos que fazer é descobrir o que fazer e fazê-lo.

Eu já faço trabalho em alguns contextos que não estão isentos de suas próprias estranhezas e contradições; por exemplo, eu ensino no Programa Diálogos Decoloniais, em Barcelona. Estou bem com o que faço lá. Eu sempre encontro pessoas realmente interessantes do mundo inteiro que estão fazendo coisas, e também há os *posers*, e você não pode escapar dos *posers*, então é uma questão de focar em quem está lá para aprender e compartilhar. Há sempre mobilizadores; há sempre professoras de ensino médio. É muito legal, mesmo que haja os mais puros, “eu sou mais decolonial que você”, “eu sou mais indígena que você” – e os norte-americanos sempre são o maior problema.

As Escolas de Libertação foram estabelecidas por toda Guiné Bissau durante a guerra colonial. Eles libertavam uma área e construíam uma escola que já havia sido planejada. Os professores eram também soldados e ficavam na retaguarda; eles aprendiam a ser professores e tinham livros que haviam sido escritos em Paris e impressos na Suécia. É uma coisa incrível, fazer tanto o trabalho de consciência quanto o de literacia.

De qualquer forma, eu fiz essa palestra sobre Guiné Bissau e nas perguntas alguém disse: “Viu, esta escola está realmente estragada,

Entrevista com Ruth Wilson Gilmore – Feminismo da abolição

pois você pensa que raça é apenas sobre ser negro. Povos indígenas da América do Norte estão lutando por terra e você não disse nada sobre isso.” E eu disse, “Eu acabei de falar sobre uma luta indígena por terra. Você é que pensa que raça é negro, não eu. Você entende que há povos indígenas com cabelo crespo, bem como cabelo liso?” Assim, sério mesmo? Foi profundo, foi algo mesmo profundo.

BB/RZ: *De volta à sua experiência no programa sobre teoria decolonial em Barcelona, queremos abordar o comentário feito sobre a sensibilidade que as pessoas têm que as impede de ouvir e geralmente é sobre identidade ou uma identidade formada por uma ferida. Pois em termos do trabalho de organização e solidariedade política, ser solidário com pessoas diferentes, encontrar de fato espaços para alegria e apoio e convivialidade, é realmente muito importante.*

Há uma relação aqui entre a raiva e o furor e a ferida vivenciada por causa do racismo, sexismo, transfobia, opressão econômica etc., e a expressão dessas emoções no mundo virtual. As implicações da raiva política e pessoal sendo contida no interior da mídia online têm se provado problemáticas e possivelmente muito tóxicas.

RWG: Eu não sei se minha resposta será satisfatória sobre o mundo virtual. Mas parece-me que as pessoas aceitaram a derrota em um nível que eu nunca testemunhei em minha vida. Porém, a forma como as pessoas explicam isso para si mesmas não é que elas capitularam, mas que tudo está mal. Essa é a descrição, e elas insistem em ser capazes de especificar o que está mal para elas em termos de um grupo de categorias que é o mais estreito possível, o mais específico possível, isso permite então certa autenticidade de expressão sobre as particularidades do que está mal. Mas penso realmente que isso é tudo derrotismo.

Vejo que muitos trabalhos parecem ser dedicados a reproduzir os termos de cada ferida interior, em vez de dizer, como seu livro [Brenna Bhandar] diz¹¹: “É assim que a ferida aconteceu, mas veja – não

¹¹ Brenna Bhandar, *Colonial Lives of Property: Law, Land and Racial Regimes of Ownership* (Durham: Duke University Press, 2018).

há nada inevitável, nada que não possa ser desfeito, por mais difícil que seja desfazê-lo”. Você pode ver como funciona e se esse não é o propósito da teoria, eu não sei o que é. Para explicar como as coisas funcionam. Para ser um guia para ação.

Mas, de volta às categorias de feridas nessa grande derrota, nessa grande subjugação. As pessoas estão expressando, “eu também fui derrotada.” “Eu fui derrotada como uma mulher negra de meia-idade.” “Eu fui derrotado com um jovem trans racialmente discriminado”. É toda essa derrota e, para mim, esse desmembramento nessas categorias específicas não é apenas, “ah, bom, as políticas identitárias estão a ir por esse caminho de qualquer forma”; em vez disso, é uma expressão particular de uma política identitária particularmente rasa que, para mim, é moldada pelas forças descentralizadoras que impediram, por diversas vezes, qualquer forma de grande centralização pelo Estado antiestatal. Novamente, abrir mão de capacidades para fornecer proteção contra calamidades, ou oportunidades para melhorias, e em vez disso delegar essa responsabilidade para jurisdições mais locais – por exemplo, câmaras municipais. Então, a responsabilidade se torna algo que pode ser realizada pelo aprofundamento das desigualdades, em vez de sua remediação. Logo, a localidade, a intimidade, produz exatamente o oposto de que diz a retórica.

Penso que tudo isso é verdade, mas a força descentralizadora – e, de certa forma, a cultura política que se imagina como opositora, isto é, que adota ou imita a forma do Estado antiestatal – é o problema. Então, há o derrotismo por um lado, mas a fragmentação também é um tipo de imitação, adoção ou modelação (eu nem sei uma boa palavra para isso) do Estado antiestatal. E a forma como as pessoas falam sobre aliança – isso é tão militar. E eu digo às pessoas, então ao fim da sua aliança, você vai voltar para a terra das pessoas brancas, e você vai voltar para a terra das pessoas trans, e eu vou voltar para a terra das mulheres negras de meia-idade (na verdade, eu sou uma idosa)? É disso que se trata?

Entrevista com Ruth Wilson Gilmore – Feminismo da abolição

Isso me traz de volta para o exercício militante-acadêmico, e eu tomei esse caminho de falar sobre o PAIGC e as Escolas de Libertação. Alguns de meus camaradas em Lisboa vivem ou cresceram na Cova da Moura, que é majoritariamente uma comunidade de imigrantes e seus filhos e netos, mas os imigrantes que originalmente estabeleceram essa comunidade eram migrantes de longínquas áreas rurais de Portugal. Sob o Estado fascista, não lhes era permitido se mudar para a cidade, então eles viviam fora do radar, em cima desse morro, e eles construíram suas próprias casas, e então várias ondas de migrantes de lugares distantes chegaram e se estabeleceram ali.

Então, Cova da Moura é hoje uma comunidade composta majoritariamente, mas não exclusivamente, por descendentes de pessoas de Cabo Verde, Angola e algumas de Moçambique e São Tomé e Príncipe. Mas ainda há lá em cima, naquele morro, filhos e netos ou bisnetos dos portugueses rurais que, se tivessem que preencher um formulário, marcariam “branco”. E, no contexto da luta lá em cima, para impedir o município (que não é Lisboa, mas Amadora) de condenar suas casas por não terem sido construídas com licença, as pessoas se organizaram, a comunidade se organizou, e elas tiveram um trabalho de organização muito dinâmico com o tempo.

As pessoas aprenderam muito para descobrir como poderiam travar a destruição. Enquanto isso acontecia, um grupo de jovens, no contexto de um programa juvenil já existente, disse: “bom, e a gente aqui? Como isso aconteceu? Como chegamos aqui?” Então, eles desenvolveram grupos de estudo, porque nesse país o ensino da língua começa muito cedo, ensino da língua formal nas escolas públicas. Mesmo as pessoas que não terminaram seus estudos – e essas pessoas terminaram, e estavam fazendo mestrado e doutorado –, mas as pessoas que não terminaram seus estudos falam duas ou três línguas, mais o que aprendem em casa. Então, o inglês é muito forte aqui. Não era há uma geração; ninguém falava inglês.

Eles iniciaram grupos de estudos e liam coisas em inglês, por exemplo, bell hooks, e traduziam um capítulo e compartilhavam pela

comunidade, e liam outra pessoa e traduziam, compartilhavam pela comunidade e tinham debates. É uma comunidade política antiga e muito viva, muitos abraçaram o comunismo, não como membros do Partido Comunista Português, mas comunismo como uma forma de moldar e teorizar como o mundo deveria ser. Eles fazem universidades populares que são ocasionais; duram três ou quatro dias. As pessoas vêm, debatem, e há diversas tendências políticas, como é normal, no interior dessa formação. E a faixa etária aumentou com o tempo, então há pessoas que estão interessadas em certo tipo de economia política marxista, que não aprenderam comigo, mas ficam animados quando converso com elas. Depois, há pessoas que vem do movimento da Consciência Negra, de Steve Biko, e que fazem esses debates sobre ontologia, materialidade. Essas pessoas são jovens e sempre voltam querendo mais. Esse é o lugar para se estar.

Portanto, essas são algumas possibilidades. E, também, o MST, no Brasil, tem essa grande escola de verão, que eu fui convidada a participar, mas não foi a hora certa para eu ir. E nós realizamos uma conferência no Centro de Graduação da Universidade da Cidade de Nova Iorque sobre consciência e revolução, com foco em educação para libertação, e vieram pessoas do movimento sul-africano #FeesMustFall, do MST e de todos os lugares para conversamos sobre formas diferentes para fazermos isso.